

# UM OLHAR SOBRE A FRONTEIRA: OS RELATOS DO SERTANISTA EDMUNDO ALBERTO MERCER

DOI: 10.5935/2177-6644.20170006

A LOOK ABOUT FRONTIER:  
THE REPORTS OF EDMUNDO  
ALBERTO MERCER

UNA MIRADA SOBRE LA  
FRONTERA:  
LOS RELATOS DEL SERTANISTA  
EDMUNDO ALBERTO MERCER

Fábio André Hahn\*

Leandro Baller\*\*

**Resumo:** Ao relatar as suas observações sobre as fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina nas duas primeiras décadas do século XX, o sertanista Edmundo Alberto Mercer enfatizou a preocupação com a inobservância do controle nacional sobre aquele espaço, dominado pelo comércio estrangeiro. A partir dessa questão, Mercer apontava duas ações que o Estado brasileiro deveria assumir: (i) abertura de vias de comunicação que cortassem os sertões do estado do Paraná, impulsionando uma maior ocupação populacional e a intensificação comercial com o Sul do Mato Grosso e (ii) o combate à exploração comercial e apropriação indevida de terras pertencentes ao Estado.

**Palavras-chave:** Fronteiras. Estradas. Propriedade da terra. Paraná.

**Abstract:** In reporting his observations on the borders between Brazil, Paraguay and Argentina in the first two decades of the twentieth century, the sertanista Edmundo Alberto Mercer emphasized the concern with the nonobservance of the national control on that space, dominated by the foreign trade. From this problem, Mercer pointed two actions that the Brazilian government should take: (i) opening of communication routes that would cut the backlands of the state of Paraná, promoting a greater population occupation and the commercial intensification with the South of Mato Grosso and (ii) combating commercial exploitation and misappropriation of lands owned by the State.

**Keywords:** Frontiers. Roads. Land Property. Paraná.

**Resumen:** Ao relatar sus observaciones sobre fronteras entre Brasil, Paraguay y Argentina en las dos primeras décadas del siglo XX, el sertanista Edmundo Alberto Mercer enfatizó la preocupación por la inobservancia del control nacional sobre aquel espacio, dominado por el comercio extranjero. A partir de esta cuestión, Mercer apuntaba dos acciones que el Estado brasileño debería asumir: (i) apertura de vías de comunicación que cortar los sertões del estado de Paraná, impulsando una mayor ocupación poblacional y la intensificación comercial con el Sur de Mato Grosso y (ii) la lucha contra la explotación comercial y la apropiación indevida de tierras pertenecientes al Estado.

**Palabras clave:** Fronteras. Carreteras. Propiedad de la tierra. Paraná.

\* Docente dos Programas de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) e interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Pós-doutorando pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), bolsa PNPd/Capes. E-mail: fabioandreh@gmail.com.

\*\* Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. E-mail: lballer@ufgd.edu.br.

## Introdução

O tema das fronteiras de que trata este artigo é atual e complexo, por diversas razões.<sup>1</sup> Primeiro, porque o tema “fronteira” é alvo constante de atenção da mídia internacional, especialmente nas últimas décadas. Intensos conflitos têm sido marcados pela disputa de território e suas fronteiras, sendo, portanto, um debate atual. Segundo, o tema é complexo porque não há, nesse tema, qualquer certeza nas discussões. Sociólogos, cientistas políticos, geógrafos, historiadores, entre outros profissionais de distintas áreas, tateiam por campos pantanosos. A problemática em torno das fronteiras é uma discussão que se ampliou significativamente na historiografia brasileira nas últimas décadas, motivada, em parte, pelo crescimento do número de Programas de Pós-Graduação, contribuindo para o aumento do quantitativo de pesquisas e publicações.<sup>2</sup>

A proposta, neste momento, é pensar as fronteiras a partir dos relatos do sertanista paranaense Edmundo Alberto Mercer, que tratou do tema na primeira metade do século XX, sobre o qual, aparentemente, o número de estudos acadêmicos é reduzido. Por isso, o artigo tem um caráter exploratório, visando integrar novos elementos ao debate das fronteiras nacionais, neste caso, em especial, a fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

Neste artigo, a intenção é abordar, a partir do olhar do sertanista Edmundo Alberto Mercer, o modo como a fronteira era representada. O sertanista conhecia muito bem a fronteira e, ao mesmo tempo, tinha um olhar crítico sobre as ações a serem realizadas pelo Estado nesse espaço. Inúmeras eram as críticas sobre as estratégias equivocadas do Estado nas primeiras décadas do século XX. A construção da imagem positiva das ações do Estado foi apresentada em relatos de alguns viajantes desde os fins do século XIX, bem como reproduzida por alguns historiadores quando trataram do tema. Neste estudo, procura-se evitar a falsa ideia de uma passividade construída e reproduzida em discursos para superar os problemas das fronteiras.

---

<sup>1</sup> O texto é resultado das pesquisas desenvolvidas nos projetos “Edmundo Mercer: um sertanista paranaense em Campo Mourão (1910-1930)”, com apoio financeiro da Fundação Araucária e “De pseudônimo ‘Um paranaense’: a trajetória do sertanista Edmundo Alberto Mercer”, com bolsa PNPd/Capes.

<sup>2</sup> Basta indicar alguns Programas na área de conhecimento da História: 1- Área de concentração: Fronteiras e Identidades (UFPEL); Cultura, Fronteiras e Identidades (UFG); História, Territórios e Fronteiras (UFMT). 2- Linhas de pesquisa: *Integração, Política e Fronteira (UFSM)*; *Fronteiras, Populações e Bens Culturais (UEM)*; *Fronteiras, identidades e representações (UFGD)*. Na área interdisciplinar, apenas para citar três exemplos com as seguintes áreas de concentração: Estudos Fronteiriços (UFMS, Corumbá); Sociedade e Fronteiras (UFRR); Sociedade, Cultura e Fronteiras (Unioeste, Foz do Iguaçu). Esses são alguns casos que podemos apontar para além daquelas que estão em outras áreas de conhecimento.

Desenvolveremos a argumentação em três momentos. Primeiro, buscaremos retomar historicamente aspectos do espaço fronteiriço em questão. Na sequência, a preocupação será pensar a fronteira a partir das denúncias sobre exploração de terras e de recursos naturais, assim como a necessidade da abertura de estradas. Com isso, buscaremos sintetizar as propostas apresentadas e os desafios observados no Paraná nas primeiras décadas do século XX.

### **A questão das fronteiras no início do século XX**

Para tratar da questão da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina é inevitável retrocedermos no tempo para além da proposta definida aqui, procurando trazer para a cena elementos que possam elucidar o debate e fundamentar a discussão.

Entre os séculos XV e XVI, a fronteira em questão foi um território de disputa entre as coroas portuguesa e espanhola. O espaço da atual fronteira Brasil-Paraguai-Argentina foi território espanhol por ocasião do Tratado de Tordesilhas, no século XV. Conforme o Tratado, apenas uma pequena faixa de território da parte leste do atual Estado do Paraná pertenceria aos portugueses. Apesar da desproporção dos territórios, isso não quer dizer que o espaço da fronteira tenha recebido aceitação pacífica. Os portugueses, em especial por ação dos bandeirantes paulistas, entravam no território espanhol aprisionando e escravizando índios e, com isso, ampliavam a sua ação nesse território, o que gerou inúmeros conflitos e acirrou os ânimos.

Como forma de proteção, a coroa espanhola fundou, na segunda metade do século XVI, alguns núcleos populacionais como forma de proteção dessa fronteira, em que se destacam as cidades de Ontiveros, Ciudad Real e Vila Rica del Espíritu Santo (Cf. AGUILAR, 2002). Mesmo assim, apesar das resistências da coroa espanhola, os bandeirantes expandiram significativamente o território da coroa portuguesa. Ao longo dos séculos XVIII e, principalmente XIX, é possível verificar a existência de inúmeros tratados e acordos que expandiram ou delimitaram as fronteiras nessa e em outras diferentes regiões do território brasileiro. Fica explicitado, ao tratarmos desse contexto, que as fronteiras são eminentemente políticas. No caso do território de fronteira entre Brasil-Paraguai-Argentina, uma marcação mais precisa foi definida após a Guerra do Paraguai (1864-1870), mais especificamente a partir do acordo bilateral entre Brasil e Paraguai em 1872.

A apesar de não terem ocorrido grandes alterações nas fronteiras<sup>3</sup> a partir desse momento, a preocupação com elas nunca mais deixou de ser manifestada. Tanto é que, na segunda metade do século XIX, a manifestação de preocupação é revertida em uma ação prática, o que resultou na instalação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu em 1888. O que, num primeiro momento, mais parecia um paliativo para a necessidade estratégica de ocupação da fronteira, acabou permanecendo por muito tempo como uma ação efetiva. A presença de estrangeiros e o forte comércio que havia se desenvolvido em torno do rio Paraná forçava a presença do Estado. Conforme Antonio Myskiw (2011, p. 222), um dos propósitos da Colônia Militar era promover o abasileiramento daquela região, mesmo que a presença crescente de argentinos e de paraguaios na exploração dos ervais e da madeira, ou como colonos, demonstrasse a inviabilidade da proposta. A política de abasileiramento tinha por principal entrave a distância dos núcleos urbanos paranaenses, tendo em vista que a cidade mais próxima seria Guarapuava, que ficava aproximadamente a 400 quilômetros. Esse fato revelava a necessidade da abertura de estradas e da maior ocupação humana nos sertões do Paraná, ou seja, na grande região entre Guarapuava e Foz do Iguaçu.

Isso começou a ser realizado em diferentes fases do século XIX, mediante diferentes alternativas. Assim, tanto foi buscada a exploração dos rios e a verificação da possibilidade de navegação, quanto foi intentada a abertura de caminhos pela floresta. Uma das primeiras ações registradas ocorreu ainda em tempos anteriores, em 1848, quando o Major Imperial do Corpo de Engenheiros, Henrique de Beaurepaire Rohan, foi incumbido da tarefa. Apesar da importância do empreendimento, a tarefa de abrir uma estrada entre Guarapuava e Foz do Iguaçu e investigar a geografia da região, de modo a estimular a ocupação, não foi concluída por ele, mas pelo Major Luiz José Monteiro (MYSKIW, 2011, p. 76).

---

<sup>3</sup> A Argentina reivindicava do Brasil uma parcela do território correspondente ao oeste dos atuais estados de Santa Catarina e Paraná. Para a Argentina, as fronteiras seriam estabelecidas pelos rios Chapecó e Chopim, tendo por base o Tratado de Madri (1750). Ambos os países acordaram que o litígio seria solucionado por arbitragem. A arbitragem foi realizada pelo presidente norte-americano Grover Cleveland, que emitiu laudo em 5 de fevereiro de 1895 favorável ao Brasil. As fronteiras passaram a ser regidas pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. Posteriormente, outra contenda assinalada se dá na segunda metade do século XX em relação a Brasil e Paraguai e a disputa acerca do pertencimento territorial a partir do Salto de Sete Quedas ou Saltos del Guairá, momento que gerou, em 22 de junho de 1966, a Ata das Cataratas, que veio a regular o litígio fronteiriço que havia nesse espaço, pois, ao que tudo indica, havia uma visão pouco clara entre o que seria Brasil e o que seria Paraguai quando os territórios passariam de seus limites secos e adentrariam o Rio Paraná. O objeto da dúvida ou disputa, o Salto Grande das Sete Quedas, foi posteriormente submergido pelas águas de Hidrelétrica Itaipu. Ou seja, as fronteiras são por excelência o território da disputa, mesmo que não seja apenas a disputa por espaços e a Guerra da Tríplice Aliança moldou a complexa problemática.

Durante a Guerra do Paraguai, verificada a dificuldade para chegar ao Mato Grosso e proteger as fronteiras, a Província do Paraná aderiu a uma nova proposta: construir uma estrada de ferro que ligasse Curitiba (no Paraná) à Miranda (no Mato Grosso).<sup>4</sup> A realização dessa difícil tarefa foi o tema de inúmeras e variadas propostas e debates (1865-1877). O custo de uma linha férrea com essa distância representava a necessidade de um grande esforço financeiro, o que resultou em proposições alternativas com custo mais reduzido que mesclasse os trechos da linha férrea com a navegação pelos rios do Paraná. Os estudos realizados pelos engenheiros ingleses Cristian Palm, William Lloyd e Thomas Bigg-Wither apontavam possibilidades e dificuldades para a navegação pelos rios do Paraná (Ivaí, Piquiri, Iguaçu e Tibagi/Paranapanema), pois, se essa navegação fosse viável, encurtaria o caminho e diminuiria os custos de transporte. Além disso, outra difícil tarefa seria transpor o rio Paraná (MYSKIW, 2011, p. 82-91; CLEVE, O Guayra, 07/01/1899).

As propostas, apesar de bem interessantes, não saíram do papel. O impedimento primeiro estava no fato de que a Província do Paraná não tinha recursos suficientes para tão grande empreendimento. Segundo, porque, apesar das esperanças em sensibilizar o governo imperial, este pouco se interessou em viabilizar a efetivação das propostas. Pior que isso, tomou uma posição política em apoio ao Rio de Janeiro e São Paulo, o que resultou na construção de uma estrada férrea em direção ao Mato Grosso. Esse foi o resultado de um jogo político de interesses e que também teve continuidade no governo republicano, resultando na construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, que passou a ligar Bauru (SP) a Corumbá (MT), em 1905.

No final do século XIX e início do século XX, as preocupações com as fronteiras estavam bem presentes. As obras, em suas ações produtivas, exploratórias e comerciais pouco se preocupavam com os limites das fronteiras nacionais. Encontramos, nos relatos de viagens, denúncias como as realizadas por Domingos Nascimento (1903), que denunciou a ocupação estrangeira, especialmente de argentinos, bem como as de Coelho Junior (1946), que, em 1920, retratou suas observações sobre a presença dos sertanejos

---

4 Entre os anos de 1977 e 1978 foi realizado um desmembramento de parte do território do Estado de Mato Grosso, formando, a partir disso, o Estado de Mato Grosso do Sul. A denominação Sul de Mato Grosso ou do Antigo Sul de Mato Grosso pode ser utilizada para designar a parte meridional do antigo Estado de Mato Grosso, atualmente Mato Grosso do Sul. Sendo assim, o tratamento de Mato Grosso anterior ao ano de 1978, pode invariavelmente corresponder a espaços que atualmente estão localizados no Mato Grosso do Sul.

em um momento em que o Estado proclamava um “vazio demográfico” (Cf. GREGORY, 2010; HAHN, MORIGI, 2015).

Entre os autores que demonstravam preocupação com a questão das fronteiras destacamos Luiz Daniel Cleve. Dinamarquês naturalizado brasileiro e radicado em Guarapuava, era editor chefe do Jornal *O Guayra*, impresso em Guarapuava e que circulou entre os anos de 1893 e 1899. Entre as inúmeras matérias publicadas, destacam-se os artigos que revelavam as preocupações com a região fronteira, especialmente porque era parte do território do então município de Guarapuava, que, nesse momento, abrangia praticamente a metade oeste do território do estado. Cleve, preocupado com a ocupação da região de fronteira, salientava a qualidade das terras a oeste de Guarapuava, especialmente as terras próximas ao rio Paraná, em que facilmente se desenvolveria a agricultura, para o que, dizia o jornal, se necessitava apenas de uma política de Estado e investimentos, para que a colonização pudesse ser realizada (CLEVE, *O Guayra*, 1º/9/1897). Cleve reclamava da falta de autonomia do município para fazer a gestão, para cuidar das estradas, pois, como ele mesmo destaca:

De ha muito teríamos aberto relações com os mercados platinos, com o Paraguay e o sul do vasto Estado de Matto Grosso, assim como com os importantes e fertes regiões do Oeste de São Paulo; teríamos com grande proveito explorado as riquezas naturaes da invejável zona onde outrora ja floreceram grandes povoações e importantes nucleos agrícolas da nação Guarany, cujos productos affluíam para os mercados das cidades que os hespanhoes edificaram nas margens do Parana e Rio da Prata, e não estaríamos a mendigar de Curityba alguns escassos auxílios, em vez de alargar as nossas relações e desenvolver as poucas industrias que temos (CLEVE, *O Guayra*, 23/10/1897).

A colonização da região de fronteira, já no final do século XIX, representava uma estratégia inadiável, tendo em vista que o estado do Paraná estava tanto perdendo espaço econômico, quanto político, isso agravado pelo restrito controle sobre a circulação e a exploração de suas terras.

Na primeira década do século XX, a preocupação com as fronteiras e a ocupação territorial aumentava, mas essa preocupação pouco era acompanhada por ações que refletissem uma intensão de mudança do governo. As poucas alterações estavam centradas em ações particulares. O governo do Paraná, com poucos recursos para investimento e com falta de gestão estratégica, apenas conseguia resolver as demandas

mais imediatas. A população concentrada nas cidades do leste do estado ainda geravam poucos impostos frente às necessidades que se apresentavam.

A situação econômica não mudou na segunda década do século XX. Algumas ações começaram a sair do papel, entre elas a abertura de estradas. Nesse contexto, temos a presença mais atuante do sertanista Edmundo Alberto Mercer, que nos permite, a partir dos seus registros, entender aspectos que envolvem a fronteira nacional nesse começo de século.

Nascido na cidade de Tibagi em 1878, Mercer teve algumas rápidas passagens pela política, tanto como prefeito interino, quanto como camarista. Desiludido, logo se afastou da vida política e passou a se dedicar à agrimensura, atividade que o levaria a se aproximar e a conhecer a realidade dos sertões paranaenses. Depois de várias atividades em diferentes regiões do estado, vivenciando as dificuldades, mas visualizando as mudanças futuras, tinha cada vez mais certeza de que o rico estado do Paraná ocuparia papel importante na economia nacional. Tanto assim foi que não se furtou de registrar e divulgar as suas impressões, feitas em diários, em cartas à família e, mais tarde, em jornais, como fez no *Diário dos Campos*, de Ponta Grossa, e no *Diário da Tarde*, de Curitiba, atingindo repercussão nacional.

Para Mercer, dois eram os fatores que causavam o atraso do Paraná, tanto que não poupou esforços para efetivar o combate através dos periódicos com representativa circulação: a falta de vias para deslocamento nos sertões e a ocupação de algumas faixas estratégicas do território por empresas estrangeiras que exploravam intensamente os recursos naturais. A fronteira era um dos temas da reflexão de Mercer, reflexão ancorada sempre em outras questões que envolviam a política e a economia estadual, apontando um horizonte de possibilidades de crescimento.

### **Denúncias publicizadas**

Em 1910, Mercer foi contratado como agrimensor pela empresa Colle, Weiss & Cia. para trabalhar na abertura da estrada Paraná – Mato Grosso. Essa experiência que lhe permitiu alargar a percepção sobre o território e os jogos políticos envolvidos. Com o adiantado dos trabalhos, Mercer foi enviado em uma expedição exploratória que seguiu de Guarapuava até Foz do Iguaçu, dali para Encarnación no Paraguai, passando por Posadas na Argentina, seguindo até Assunción no Paraguai e dali até Corumbá no Mato

Grosso, estando novamente em terras brasileiras. O objetivo era conhecer o território e suas potencialidades, averiguando, especialmente no Mato Grosso, a viabilidade do deslocamento de gado daquele estado para o Paraná, atingindo um mercado consumidor em franca expansão. Paralelamente ao relatório que realizava, escreveu duas cartas enviadas à sua esposa, narrando suas impressões pelos locais em que passava. A primeira no mês de fevereiro e a segunda no mês de março de 2011. Com descrição minuciosa, Mercer revela uma série de questões e preocupações que envolvem o espaço da fronteira.

Saindo de Guarapuava em direção a Foz do Iguaçu, aproximadamente 68 léguas a cavalo (aproximadamente 400 km), Mercer relatou o abandono em que os sertanejos viviam ao longo do caminho e contestou passagens da obra de Domingos Nascimento, que narrava a floresta com altura gigantesca e suas terras férteis. Ao chegar à Colônia Militar de Foz do Iguaçu, teria encontrado umas trinta casas e uma movimentação surpreendente para uma região de fronteira. Por mês circulavam quatorze vapores pela região em direção a Posadas, o que representava um pouco do comércio que ocorria nessa região. Segundo Mercer,

Convém ponderar que não há erva-mate nas margens do rio. Ela é extraída às vezes a 30, 40, e mais léguas e conduzidas até o rio no lombo de mulas! A extração de madeira é coisa fabulosa. Preparadas as toras, que são comumente falquejadas toscamente em 4 faces, são elas arrastadas até o rio, e, depois unidas umas às outras em forma de jangadas, são rebocadas águas abaixo por uma lancha a vapor até os mercados. [...] O cedro é a madeira mais procurada (MERCER, Cartas, fev./mar. 2011).

Nessa passagem Mercer demonstra a engenharia desenvolvida para a extração de erva-mate e da madeira das terras paranaenses. Depois de ficar algumas semanas em Corumbá e visualizar a potencialidade de crescimento, especialmente pela presença da recém-chegada Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que ligava essa cidade ao estado de São Paulo, e que, de alguma forma, poderia impactar economicamente o empreendimento da abertura da estrada Paraná-Mato Grosso, caso não fosse rapidamente concluída. Além disso, Corumbá já era considerada um importante entroncamento comercial que ligava, por um lado, Rio Grande do Sul e Buenos Aires, e, por outro, a Bolívia e todo o Mato Grosso (Cf. MERCER, Cartas, fev./Mar. 2011). Ao voltar da viagem, retornou aos trabalhos para a conclusão da estrada Paraná-Mato Grosso, ao menos até atingir o rio Paraná.



Ao finalizar o seu trabalho como agrimensor em 1912 junto à empresa Colle, Weiss & Cia., Mercer mudou-se para Ponta Grossa, onde a família havia estabelecido uma pequena casa comercial de secos e molhados. Sintonizado com a vida política e social de Ponta Grossa, Mercer é convidado a escrever no jornal *Diário dos Campos*, sob a orientação do editor Hugo Borja dos Reis, um pouco de suas experiências e impressões a respeito do sertão do Paraná.

É nessa época que Mercer efetiva as suas denúncias. Escrevendo ao jornal *Diário dos Campos*, revela uma série de ilegalidades, desde grilagem de terras, extração ilegal de madeira e de erva-mate, trabalho escravo, entre outros. Protegido pelo pseudônimo de *Um paranaense*, Mercer inicia uma polêmica que se estenderia do mês de janeiro de 1913 até o mês de outubro desse mesmo ano. As primeiras preocupações reveladas tratavam da questão do problema de grilagem de terras que ocorria no sertão paranaense, em que se revelava uma total ausência de ação do estado paranaense, pois este, segundo Mercer, autorizava a atuação desses grileiros, intitulados, pelo autor, de bendengozistas, por assaltarem as terras e florestas virgens de domínio público. Ações de usucapião eram práticas comuns, distorcendo a realidade e beneficiando exploradores. A comprovação de morada efetiva por 15 anos ininterruptos era forjada, garantido o documento de posse. Parte desses *assaltos de terras* aconteciam para que pudessem vendê-las a estrangeiros por baixo preço (UM PARANAENSE, *Diário dos Campos*. 29 de maio de 1913).

As denúncias de Mercer rapidamente causaram grande repercussão, tanto que resultaram em embates nas páginas do jornal, com réplicas e tréplicas que se estenderam por quase um ano. Mercer não media esforços em propagar o assalto de terras que os paraenses estavam sofrendo, como declara: “Provou-se a posse, a ocupação, a cultura em lugares em que nunca fora uma só árvore abatida pelo golpe do machado do civilizado! Venderam-se, com divisas certas, terrenos que nunca foram palmilhados pelo homem!” (MERCER, *Diário dos Campos*. 17 de abril de 1913).

Para concluir esse embate, Mercer lança uma pesada crítica ao então presidente do Estado do Paraná, destacando uma campanha que havia iniciado contra a usurpação dos bens do Estado, pois “[...] que como planta daninha vai, graças à política de camarilha que nos arruína, estendendo assustadoramente suas raízes no resto das terras devolutas” (UM PARANAENSE, *Diário dos Campos*. 29 de abril de 1913). Mercer faz acusações diretas ao presidente do Estado, Carlos Cavalcanti Albuquerque (1912-1916), sobre o motivo de seu apoio às ações grileiras, acusando, ironicamente, serem de

interesse familiar. Com isso, ficava relegada a segundo plano a atenção necessária aos brasileiros que já residiam em região de fronteira (*Diário dos Campos*, julho 1913) e que estavam esquecidos pelo Estado, lembrando, com isso, a venda das terras junto às Sete Quedas – reservadas para o Parque Nacional – à Companhia Matte Larangeira, privando assim o Estado do único lugar de porto na região de fronteira no rio Paraná.

Todavia, é importante mencionar que as empresas estrangeiras agiam independentemente da posse legal da propriedade, pois, com o esgotamento da erva-mate nativa e da madeira da floresta em um determinado local, mudavam-se para outro lugar, avançando mata adentro e fora de suas posses. Várias foram essas empresas, das quais podemos destacar: *Compañia Mercantil y de Transportes Domingo Barthe S. A.*; *Nuñes Gibaja Martinez y Co.*; *Companhia Matte Laranjeira*; a *Fazenda Britânia*; *Puerto Artaza*, a obra de Dom Júlio Tomas Allica, sendo que esta mantinha relações mais próximas com a empresa estrangeira *Brazil Railway Company*, por meio da Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), que alugava as terras da empresa em questão. Além dessas, outras empresas de menor porte agiam na grande região (STECA; FLORES, 2008, p. 96).

Para essas empresas estabelecidas no sertão do Estado, a única coisa que interessava era a extração de madeira e de erva-mate, fazendo que Mercer apontasse, de forma espantosa e irônica, a organização com que o faziam. Para isso declara, ao ser entrevistado pelo *Diário dos Campos*, em sete de junho de 1913:

Admirável a organização das companhias que devastam as nossas florestas! Até de mais longe trazem o cedro já escasso nas ribanceiras do Paraná! Elevadores ou ascensores a vapor em planos inclinados vêm-se em todos os postos. Nas empresas ervateiras, então não se sabe o que mais admirar, se a coragem de afrontar a floresta virgem ou se a audácia do empreendimento (MERCER, *Diário dos Campos*. 7 de junho de 1913).

Na mesma entrevista foi perguntado a ele se havia grande presença de estrangeiros e se alguma fiscalização o governo fazia nos territórios. Mercer responde que, com exceção da empresa do Cel. Jorge Schimmelpfeng, com exploração de erva-mate, todas as outras eram estrangeiras e, quanto à fiscalização, aponta um problema que persistia sem grandes soluções. Mercer alerta que:

Pouca gente em nosso Estado tem conhecimento do espantoso comércio que se faz naquela região, desde a Foz do Iguaçu até Sete Quedas, isto é,

no município de Guarapuava. Três grandes paquetes com excelentes acomodações fazem cada um alternadamente, três viagens de Posadas até o porto Artaza, que fica dezoito léguas acima da Foz do Iguaçu, ou seja, um vapor a cada três ou quatro dias, não se falando das lanchas e rebocadores, que é escusado dizer, que esses vapores e lanchas sobem e descem carregados em todas as viagens. A extração de madeira e erva-mate é a única preocupação da empresa ali estabelecida (MERCER, *Diário dos Campos*. 7 de junho de 1913).

Com isso Mercer enfatiza a restrita presença do Estado no espaço fronteiriço, em que se estabelecia intenso comércio de erva-mate e de madeira por empresas estrangeiras. Apesar da presença da Colônia Militar instalada na Foz do rio Iguaçu, Myskiw ressalta que “[...] a circulação de moedas estrangeiras persistia, bem como a presença ilegal de estrangeiros residindo em território paranaense” (MYSKIW, 2010, p. 117). Isso também é apontado por Ruy Wachowicz (1995), observando que o idioma falado era o espanhol e não o português, a moeda em circulação era o *peso* e não real (réis), que, na verdade, tinha somente valor simbólico e era facilmente trocado no consulado brasileiro. De acordo com o autor, o brasileiro sofria do chamado “mal territorial”, ou seja, “[...] territórios quase infindáveis levavam os brasileiros a não conhecerem a si próprios. Tais circunstâncias favoreciam, nas regiões limítrofes, a imposição, pelos estrangeiros, de seus usos, costumes e até de seu próprio idioma” (WACHOWICZ, 1995, p. 256).<sup>5</sup>

Domingos Nascimento, em sua obra *Pela Fronteira*, de 1903, relatou sua viagem expedicionária com intuito de verificar a situação de algumas colônias militares no extremo-oeste, região de fronteira (LORENZETTI, 2010), narração na qual expressou sua preocupação quanto à falta de fiscalização nesse território, conforme declara:

Quem quiser dar-se ao trabalho de compulsar este livro, verá nos precedentes capítulos o grau de desenvolvimento e a sofreguidão com que esses dois povos [Argentina e Paraguai] tratam de aproveitar a nossa

---

<sup>5</sup> Posteriormente a essa década, perceberemos isso de forma mais evidente em alguns escritos e documentos. “Na década de 1930 [...], constatou-se que a população existente na margem brasileira do rio Paraná, entre Guaíra e Foz do Iguaçu, era de aproximadamente dez mil habitantes, dos quais apenas quinhentos eram brasileiros. Constatou-se que os governos anteriores [do Brasil] não haviam se interessado pela região e que, em consequência, a presença estrangeira era tanta que o Brasil não estava longe de ver aberto um caso de direito internacional na sua margem esquerda do Rio Paraná” (Cf. WACHOVICZ, 1982, p. 144). Essas informações vão ao encontro dos dados do Censo Brasileiro realizado uma década antes, no ano de 1920, e que constatou a presença de aproximadamente 17 mil paraguaios vivendo no Brasil. A presença dos paraguaios no Brasil, em sua grande maioria nesta época, dava-se em Mato Grosso e no Paraná, ou seja, às margens do Rio Paraná e Paraguai. A orientação laboral dos paraguaios que viviam no Brasil era no sentido de atender a setores de mão de obra pesada, braçal. Embora se reconheça que uma parte considerável prestava serviço qualificado com o manejo da erva-mate, gado e madeira, especialmente quando se tratava de exportação (Cf. BALLER, 2014, p. 39).

desídia, de tudo tirando vantagem diante do abandono em que se acham as nossas terras da fronteira, nas mãos dos capitalistas estrangeiros... pois não será tudo isso um desastre para as nossas armas no campo do progresso? (NASCIMENTO, 1903, p. 189).

Segundo Nascimento, três eram as fronteiras do Paraná no início do século XX: a do rio Paraná, a do rio Iguaçu e a do Barracão, totalizando 82,5 léguas de fronteira, porém o autor explicita que as “três fronteiras pertencem ao estrangeiro” (NASCIMENTO, 1903, p. 190).

Nessa mesma direção estão as preocupações de Edmundo Mercer quanto à presença intensa de estrangeiros no território brasileiro. Mercer tratará de denunciar a aproximação e o ataque não somente às fronteiras, mas a falta de fiscalização que ocorria nos sertões paranaenses e os atos inglórios de grileiros da região, que, segundo o autor, faz questão a presidência do Estado de não enxergar. Mercer não está isolado, Nestor Victor e Sebastião Paraná tratam de questões semelhantes. Nestor Victor (1913) enfatiza o comércio do rio Paraná dominado por argentinos e paraguaios, assim como Sebastião Paraná (1913) aponta para o domínio dos portos por estrangeiros ao longo do rio Paraná.

Mercer explica em 1913 que, com exceção de Foz do Iguaçu, que possuía autoridades policiais e judiciárias, nos outros pontos do Estado não se observam “vestígios de nossa soberania”. Nas empresas da imediação do Salto das Sete Quedas, o brasileiro, segundo Mercer, é “recebido como hóspede estrangeiro – a língua, o dinheiro, o selo; é como disse Sebastião Paraná: um Estado dentro do Estado” (MERCER, *Diário dos Campos*. 7 de junho de 1913).

### **A abertura de estradas no sertão paranaense**

Com a experiência em trabalhos realizados nos sertões paranaenses, Mercer relatou suas observações em textos publicados em importantes jornais do Paraná e fora dele. Uma das questões que chama a atenção em seus escritos é a importância dada para a abertura de estradas. A única estrada aberta e com certa conservação era a que ligava Guarapuava até Foz do Iguaçu, no entanto nenhuma que ligasse Guarapuava em direção ao noroeste do Estado, margeando o rio Paraná.

Nos escritos de Mercer é possível verificar dois propósitos ao tratar do tema da abertura de estradas: a ligação da cidade de Guarapuava no Paraná até o forte militar de Iguatemi, no Mato Grosso, como forma de estimular o comércio de gado, abastecendo

com carne as cidades paranaenses que sofriam com a falta de oferta do produto. E, por outro lado, estimular a ocupação dos sertões, em especial a região de fronteira, fortalecendo a presença do Estado e evitando a pilhagem dos bens naturais daquela região por empresas estrangeiras.<sup>6</sup>

Iniciativas já haviam sido realizadas, como podemos citar a partir dos relatórios de exploração produzidos pelos engenheiros Keller na segunda metade do século XIX. As expedições dos engenheiros pelos rios do Paraná faziam parte de um projeto imperial que buscava conhecer melhor os rios brasileiros, nesse caso, em especial, que possibilitassem ligações com a província do Mato Grosso. Oficialmente, a Província do Paraná concede as autorizações em dezembro de 1864, momento em que se iniciavam as ofensivas paraguaias para a ocupação das terras mato-grossenses. Os rios explorados pelos engenheiros Keller foram o Ivaí, o Tibagi, o Paranapanema e o Iguaçu, procurando apontar a viabilidade da navegação e uma rápida comunicação com a Província do Mato Grosso e, conseqüentemente, com o espaço fronteiriço (Cf. KARPINSKI, 2012, p. 40-41). Ocorreu, no entanto, que a inviabilidade de navegação em alguns trechos dos rios paranaenses e o baixo investimento econômico na viabilização dessas alternativas de deslocamento acabaram enfraquecendo os ânimos.

Novamente o foco se volta à abertura e exploração de caminhos terrestres como estratégia de governo no início do século XX. É o que revela o texto “Estrada Estratégica Guarapuava-Matto Grosso”, publicado por Luiz Cleve em um jornal de Guarapuava, intitulado *O Guarapuavano* e reproduzido na íntegra em 1903, na obra *Pela Fronteira*, de Domingos Nascimento. Segundo Cleve (1903, p. 192), existiam divergências sobre o traçado da estrada, que, desde 1865, já estava nos planos de abertura. Certo era a urgência da construção da estrada que ligasse ao Mato Grosso. Tanto que, em 1867, o engenheiro Francisco Tourinho apresentou ao governo um plano de estudos construído a partir das explorações realizadas pelo engenheiro Antônio Rebouças.

De estrada estratégica, porém elle se transformará em breve tempo em um dos mais importantes factores de prosperidade e riquezas das

---

<sup>6</sup> Paulo Roberto Cimó Queiróz, em seus estudos, analisa o comércio desenvolvido no Sul do Mato Grosso, com ênfase especial nas relações comerciais com os mercados consumidores Paulista e Platino. No contexto do final do século XIX e início do século XX, um dos principais entraves eram as vias de escoamento do seu principal produto: o gado. As vias comerciais no Sul do Mato Grosso passam a ser uma das questões principais exploradas. Para conhecer melhor os estudos realizados por Queiróz, sugerimos as seguintes leituras (QUEIRÓZ, 2012; QUEIRÓZ, 2009; QUEIRÓZ, 2008).

privilegiadas zonas da bacia do grande rio na floresta guayrense, abrindo livre comunicação com os vastos, bellos e amenos campos das margens do Iguatemy e Amambahy até a serra Maracujú, tão férteis e de delicioso clima, onde infelizmente reina a mais deplorável anarchia (CLEVE, 1903, p. 200).

E continua:

[Estrada] Ela será a grande artéria futura para dar saída aos produtos da indústria pastoril do vizinho Estado [Mato Grosso], que deixará então de ser explorada pelas republicas platinas (CLEVE, 1903, p. 201-202).

A abertura da estrada acabou não avançando rapidamente como esperava Cleve, apesar dos apelos e das propostas. Ficou evidente, no entanto, a preocupação com a falta da presença do Estado nesse espaço e as ações dos países vizinhos já no final do século XIX e início do XX.

Conforme os relatórios do Secretário de Estado dos Negócios e Obras Públicas e Colonização do Estado do Paraná, a abertura da estrada Paraná-Mato Grosso passou por vários processos e estudos exploratórios no decorrer de sete anos e que culminaram na intensificação dos trabalhos em 1910, momento em que Mercer é contratado pela empresa para liderar os trabalhos na abertura da estrada (RELATÓRIO, 1907, p. 191).

As dificuldades para o deslocamento entre os dois extremos do estado, de Curitiba, capital do estado, até Foz do Iguaçu, cidade fronteiriça, é exemplificado por um relato de Arthur Martins Franco em 1913. Participando da execução de um serviço de medição e demarcação de terras nos sertões do Alto Paraná, espaço fronteiriço, Franco declara, em sua obra *Recordações de Viagens ao Alto Paraná*, que, para chegar à região, teve que sair de Curitiba via estrada de ferro fazendo o seguinte trajeto: Uruguaiana – Passo de Los Libres – Posadas – seguindo pelo rio Paraná até chegar a Foz do Iguaçu (1973, p. 54-55). Assim, portanto, para chegar o mais rápido possível à região de fronteira, o caminho percorrido era feito passando pela Argentina, o que demonstra a urgência e a necessidade de abertura de estradas nos sertões paranaenses.

Edmundo Mercer, após os primeiros trabalhos de abertura da estrada de Guarapuava, passando por Campo Mourão, até o Rio Paraná, escreveu alguns textos tratando da importância estratégica dessa estrada. Em entrevista ao jornal *Diário dos Campos*, de Ponta Grossa, em 7 de junho de 1913, Mercer – após ser considerado por Sebastião Paraná com um dos maiores conhecedores dos sertões do Paraná, conforme

artigo publicado no jornal *Diário da Tarde*, de Curitiba – declara que a estrada não estava completamente concluída, faltando a construção de algumas pontes, do alargamento de alguns trechos e da organização da passagem no rio Paraná, e enfatiza: “[...] começarei dizendo que se não for aberta essa estrada, dentro em breve não teremos gado no Paraná para satisfazer a quarta parte do consumo local” (MERCER, *Diário dos Campos*. 7 de junho de 1913).

Após essa entrevista, Mercer publica, em 14 de agosto, no *Diário da Tarde*, da Capital, o artigo *Estrada Paraná-Mato Grosso. Ligação do Paraná ao rico Estado de Mato Grosso. Povoamento e valorização do riquíssimo Ocidente Paranaense. Importação de gado do Mato Grosso*, e, em 19 de agosto de 1913, publica o mesmo texto no *Diário dos Campos*. Nesse texto, Mercer esclarece que a estrada já foi justificada em inúmeros momentos, demonstrando a viabilidade e a urgência com que deve ser concluída, contribuindo: “[...] em alto grau para o povoamento e valorização da ‘zona mais rica e plana’ do Estado do Paraná” (MERCER, *Diário da Tarde*. 14 de agosto de 1913). Para além da questão econômica envolvida, o povoamento desse espaço parecia estratégia fundamental de proteção territorial. Nessa mesma toada publica, no *Diário dos Campos*, em 13 de setembro de 1913, o artigo *O Bife: A estrada Paraná-Mato Grosso*, em que o autor trata de uma proposta para a crise de carne pelo qual o Estado estava passando, qual seja: retomada da abertura e expansão da estrada Paraná-Mato Grosso.

Em 1918 Mercer é novamente contratado, mas agora pelo fazendeiro Manoel Mendes de Camargo, que havia conseguido a concessão para a continuidade dos trabalhos na estrada Paraná-Mato Grosso. A empreitada era seguir o caminho e parte dos trechos já explorados entre 1910-12 para chegar até os campos de Vacaria no Estado do Mato Grosso. Após a chegada ao rio Paraná, as divergências entre Edmundo Mercer e Manoel Mendes de Camargo, sobre o local mais adequado para a travessia, colocaram fim ao vínculo entre os dois. De volta a Tibagi, Mercer fez publicar no jornal *A República*, de Curitiba, o artigo *Odisséia de um expedicionário. Aos meus filhos*, na qual relata as dificuldades na travessia do rio Paraná e dos brejais ao longo de suas bordas do lado mato-grossense, inviabilizando a abertura de estradas de ligação aos vastos campos de pastagem. Após os rumores espalhados por Mendes de Camargo acusando Mercer sobre a escolha inadequada do Porto Lescano, este fez publicar um livreto em que escreveu sua defesa e distribuiu fartamente, intitulado *A estrada Paraná-Mato Grosso. Em defesa*. Impresso em 31 de dezembro de 1919, para justificar sua opção pelo Porto Lescano e o

abandono das ações no Porto Xavier, Mercer declara que, junto a outros trabalhadores, havia explorado o lado mato-grossense e encontrado terras impróprias para travessias de grandes comitivas de animais.

Mesmo assim, no entanto, após os inúmeros apontamentos sobre a importância da abertura de estradas, o governo procurava, durante a segunda década do século XX, justificar a sua falta de intervenção com uma crise financeira derivada de fatores que atingiam o comércio exterior, conforme declarou o presidente do Paraná, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em 1º de fevereiro de 1914:

Não venho trazer ao vosso alto conhecimento facto porventura ignorado, ponderando que a organização economica de todo o paiz atravessa uma das mais agudas crises de que há memoria. Consequencia fatal de causas complexas, muitas das quaes tem raizes no exterior, sendo portanto inatingíveis aos nosso meios normaes e directos de acção [...]. O Paraná, com grandes relações commerciaes no exterior e entrelaçado às principaes praças de Republica, não poderia deixar de sofrer os consecutários dessa situação penosa e grave (MENSAGEM, 1914, p. 27).

A crise financeira do Paraná não era nenhuma novidade, tendo em vista a receita bruta não ser muito expressiva, entretanto caía sobre o governo a necessidade de uma gestão mais estratégica, com estratégias que viabilizassem resultados expressivos, mesmo que a longo prazo. Entre elas, certamente, estariam o controle e a fiscalização do espaço fronteiro, a abertura de estradas, a proteção de seus bens naturais, entre outros elementos que poderiam fazer o Paraná galgar outra posição no cenário político e econômico do país.

### **Considerações finais**

No Brasil, em meados do século XX, a escrita da história era realizada, em muitos aspectos, a partir de narrativas de viajantes e de exploradores. Para a história regional, as pesquisas tinham como fonte diferentes tipologias documentais e marcadas, na maioria das vezes, por jornais, diários e relatórios de viagem, entre outros. Vários foram os materiais publicados nesse período e que ocuparam a atenção dos pesquisadores para a compreensão histórica.

Selecionamos, neste primeiro momento, as narrativas de um sertanista paranaense que passou pela região oeste e teve suas impressões registradas em jornais, como no



*Diário dos Campos*, de Ponta Grossa, e no *Diário da Tarde*, de Curitiba. Com isso, procuramos analisar seus registros e sua fala sobre a fronteira e o território paranaense, caracterizados, no decorrer do texto, em dois momentos: pela abertura de caminhos e pelas denúncias referentes à ilegalidade da propriedade da terra e à exploração dos bens naturais.

A abertura da estrada Paraná-Mato Grosso, quanto a seu traçado original, praticamente se tornou uma lenda, tendo em vista que mais de cem anos se passaram e ela ainda não foi completamente concluída, assim como os resquícios na falta de observância por parte do Estado na exploração de terras ao oeste do seu território.

Mercer não conseguiu dimensionar, na época, a repercussão de suas polêmicas insurgidas contra a falta de interesse do governo com a coisa pública, falta de interesse traduzida na ausência de estratégias políticas para a ocupação dos sertões, especialmente na abertura de estradas e na ocupação populacional de determinadas regiões do seu território, o que resultaria em maior cuidado com a fronteira e com os bens naturais que eram drenados sem que sequer ocorresse uma manifestação mais contundente por parte da presidência do estado. A repercussão, no entanto, ocorreu, pois, ao fazer referência à preocupação com as fronteiras nacionais, ao contrário dos que enfatizavam os discursos das belezas do Paraná, Mercer apontava uma série de problemas presentes na condução estatal e nos benefícios que a população poderia ter usufruído. Mercer movimentou a opinião pública, mexendo com a acomodação dos gestores do estado por um determinado período, afastando uma representação pejorativa que atribuía aos sertões uma imagem de lugar remoto, tedioso, perdido no meio do mato e que não teria nenhum valor.

Mesmo assim, a atenção do Estado com as fronteiras passou a ocorrer enfaticamente apenas a partir das ações do governo nacional no período Vargas, mas também foram impulsionadas mais adiante pelo término da Segunda Guerra Mundial, que dimensionaram funções do Estado mais preocupado com a segurança dos seus domínios territoriais e sua jurisdição política, um amadurecimento sobre o conhecimento do espaço e de sua soberania (Cf. SANTOS, 2014, p. 103).

## Referências

AGUILAR, Jurandir Coronado. **Conquista espiritual, a história da evangelização na Província Guairá na obra de Antonio Ruiz Montoya**. Roma: E. P. U. G., 2002.

BALLER, Leandro. **Fronteira e fronteiriços**: a construção das relações socioculturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014). Curitiba: CRV, 2014.

GREGORY, Valdir. Fronteiras e territórios: explorações nos sertões do Paraná. In: HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antônio (Orgs.). **Nas malhas do poder**: história, cultura e espaço social. Campo Mourão, PR: Editora Fecilcam, 2011. p. 29-52.

GREGORY, Valdir. Os sertões: descrições sobre a população. In: SCHALLENBERGER, Erneldo. **Fronteiras culturais e desenvolvimento regional**: novas visibilidades. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2010.

HAHN, Fábio André; MORIGI, Josimari de Brito. A fronteira em questão: estudo da ocupação de Mamborê/PR. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n. 1, jan./jun., 2015.

KARPINSKI, Cezar. Gentes e paisagens do Rio Iguaçu na viagem expedicionária dos engenheiros Keller em 1866. **Revista de História Regional**, v. 17, n. 1, p. 38-65, 2012.

LORENZETTI, Fernanda Lorandi. O futuro paranaense em seu meio natural: a escrita de Domingos Nascimento e a produção de uma identidade ao Paraná no início do século XX. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, v. 1, n. 1, p. 45-59, jan./jul. 2010.

MYSKIW, Antonio Marcos. **A fronteira como destino de viagem**: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888-1907). Guarapuava, PR: Unicentro, 2011; Niterói, RJ: UFF, 2011.

MYSKIW, Antonio Marcos. Por uma historiografia do oeste paranaense. In: HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio; MYSKIW, Antônio Marcos. **Ensaios historiográficos**. Temas, tendências e interpretações. Campo Mourão, PR: Editora Fecilcam, 2010.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Vias de transporte em regiões de fronteira: possibilidades técnicas, interesses econômicos e imperativos políticos. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v. 2, n. 3, p. 5-32, jul./dez. 2012.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. O desafio do espaço platino às tendências de integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional brasileiro: um hiato em dois tempos. **Revista História em Reflexão**, v. 3, n. 6 – UFGD – Dourados, jul./dez. 2009.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra Pereira (Org.). **Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. p. 15-76.

SANTOS, José Carlos dos. **Construir fronteiras**: nacionalismo e territorialismo no Paraná nos séculos XIX e XX. Campo Mourão, PR: Editora da Fecilcam, 2014.

STECA, Lucinéia Cunha; FLORES, Mariléia Dias. **História do Paraná**: do século XVI à década de 1950. 2. ed. Londrina, PR: Editora da UEL, 2008.

WACHOWICZ, Ruy Christovan. **Obrageros, mensus e colonos**: história do oeste paranaense. Curitiba, PR: Vicentina, 1982.

\_\_\_\_\_. **História do Paraná**. 7. ed. Curitiba, PR: Editora Gráfica Vicentina, 1995.

## Fontes

CLEVE, Luiz Daniel. **O Guayra**. Guapapuava, 1º de setembro de 1897.

\_\_\_\_\_. **O Guayra**. Guapapuava, 23 de outubro de 1897.

\_\_\_\_\_. **O Guayra**. Guapapuava, 7 de janeiro de 1899.

\_\_\_\_\_. Estrada estratégica Guarapuava – Mato Grosso In: NASCIMENTO, Domingos. **Pela fronteira**. Curitiba: Typografia da República, 1903.

COELHO JÚNIOR, Carlos Alberto *Teixeira*. **Pelas selvas e rios do Paraná**. Curitiba: Guairá, 1946.

E. [Representante do Estado do Paraná]. Os Bendengós: A Fazenda do Ubá. As terras do Campo Mourão. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 4 de fevereiro de 1913.

E. [Representante do Estado do Paraná]. Os Bendengós: A fazenda do Ubá. As terras do Campo Mourão. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 18 de abril de 1913.

FRANCO, Arthur Martins. **Recordações de viagens ao Alto Paraná**. Curitiba: s/ed., 1973.

M. O caboclo e a colonização. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 21 de julho de 1913.

MERCER, Edmundo Alberto. Carta. Mato Grosso, fevereiro de 1911. In: MERCER, Luiz Leopoldo. **Edmundo Alberto Mercer**: Toca Mercer, um livro só para nós. Edição comemorativa do seu 1º Centenário, 1978, p. 59-66.

MERCER, Edmundo Alberto. Carta. Mato Grosso, março de 1911. In: MERCER, Luiz Leopoldo. **Edmundo Alberto Mercer**: Toca Mercer, um livro só para nós. Edição comemorativa do seu 1º Centenário, 1978, p. 66-70.

\_\_\_\_\_. Região Ocidental. O Alto Paraná – A estrada Paraná-Mato Grosso. A futura cidade – P. Nacional. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 7 de junho de 1913.

\_\_\_\_\_. Estrada Paraná-Mato Grosso. Ligação do Paraná ao rico Estado do Mato Grosso. Povoamento e valorização do riquíssimo Ocidente Paranaense. Importação de gado de Mato Grosso. **Jornal Diário da Tarde**. Curitiba, 14 de agosto de 1913.

\_\_\_\_\_. Estrada Paraná-Mato Grosso. Ligação do Paraná ao rico Estado do Mato Grosso. Povoamento e valorização do riquíssimo Ocidente Paranaense. Importação de gado de Mato Grosso. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 19 de agosto de 1913.

\_\_\_\_\_. O Bife: A estrada Paraná-Mato Grosso. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 13 de setembro de 1913.

\_\_\_\_\_. Odisséia de um expedicionário. Aos meus filhos. **Jornal A República**. Curitiba, 19 de outubro de 1918.

\_\_\_\_\_. **A estrada Paraná-Mato Grosso**. Em defesa. Impresso em 31 de dezembro de 1919.

NASCIMENTO, Domingos. **Pela fronteira**. Curitiba: Typografia da República, 1903.

PARANÁ, (Estado). **Mensagem**: Dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª Sessão da 12ª Legislatura em 1º de fevereiro de 1914. Curitiba. Typ do Diário Oficial, 1914.

PARANÁ, (Estado). **Relatório**: apresentado Exmo Snr. Coronel Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Vice-Presidente do Estado do Paraná, por Francisco Gutierrez Beltrão, Secretário d'Estado dos Negócios e Obras Públicas e Colonização, em 1907. Oficinas de Artes Graphicas de Adolpho Guimarães, Curytiba, 1907.

PARANÁ, Sebastião. **Os Estados da República**. Coritiba: Leopoldino Rocha, 1913.

UM PARANAENSE [MERCER, Edmundo Alberto]. Os Bendengós: A Fazenda do Ubá. As terras do Campo Mourão. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 29 de janeiro de 1913.

UM PARANAENSE [MERCER, Edmundo Alberto]. Os Bendengós: A Fazenda do Ubá. As terras do Campo Mourão. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 17 de abril de 1913.

UM PARANAENSE [MERCER, Edmundo Alberto]. Os Bendengós: A fazenda do Ubá. As terras do Campo Mourão. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 29 de abril de 1913.

UM PARANAENSE [MERCER, Edmundo Alberto]. Os Bendengós: A fazenda do Ubá. As terras do Campo Mourão. **Diário dos Campos**. Ponta Grossa, 29 de maio de 1913.

VICTOR, Nestor. **A terra do futuro**. Rio de Janeiro: Typographia do Comércio, 1913.

Recebido em: 10 de maio de 2017.

Aprovado em: 27 de junho de 2017.